

O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE MAPEAMENTO DOS CONTEXTOS

THE DEVELOPMENT OF PUBLIC POLICIES IN BRAZIL AND THEIR
RELATIONSHIP TO EDUCATION: A CONTEXT MAPPING STUDY

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776739258](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776739258)

Jéssica Lorrany Parente Ferreira¹

Ruan Lion Costa de Souza²

RESUMO

Este estudo analisa o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e sua relação com a educação, considerando os contextos sociais, políticos e econômicos. As políticas públicas são compreendidas como ações do governo voltadas para atender às necessidades da sociedade, influenciadas por diferentes fatores históricos e estruturais. Ao longo do tempo, o país passou por mudanças importantes, como a redemocratização, a globalização e o crescimento urbano, que impactaram diretamente a formulação e implementação dessas políticas.

O trabalho aborda aspectos como ciclos econômicos, pressões demográficas, questões ambientais e situações de crise, evidenciando como esses elementos interferem nas decisões governamentais. Além disso, destaca-se a importância das políticas públicas educacionais, que buscam garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino.

Também são discutidas as principais reformas educacionais no Brasil, como a LDB de 1961, a Reforma Universitária de 1968 e os avanços ocorridos a partir da Constituição de 1988. Conclui-se que as políticas públicas são fundamentais para a organização da sociedade e que a educação exerce papel central no desenvolvimento social.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais; Educação municipal; Gestão pública; Desigualdade social.

ABSTRACT

This study analyzes the development of public policies in Brazil and their relationship to education, taking into account social, political, and economic contexts. Public policies are understood as government actions aimed at meeting the needs of society, influenced by various historical and structural factors. Over time, the

country has undergone significant changes, such as redemocratization, globalization, and urban growth, which have directly impacted the formulation and implementation of these policies.

The study addresses aspects such as economic cycles, demographic pressures, environmental issues, and crisis situations, highlighting how these elements influence government decisions. Furthermore, it emphasizes the importance of public education policies, which aim to ensure access to, retention in, and the quality of education.

The study also discusses the major educational reforms in Brazil, such as the 1961 Basic Education Law (LDB), the 1968 University Reform, and the advances that occurred following the 1988 Constitution. It is concluded that public policies are fundamental to the organization of society and that education plays a central role in social development.

Keywords: Public education policies; Municipal education; Public administration; Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são ações do governo para atender as necessidades da população segundo Souza (2006), nas áreas como: educação, saúde e segurança entre outras. No Brasil, essas políticas são influenciadas por fatores sociais, políticos e econômicos.

Com o passar do tempo, o Brasil passou por várias mudanças, como a volta da democracia, o crescimento das cidades e mudanças na economia. Esses fatores ajudaram a desenvolver as políticas públicas. De acordo com Saviani (2008), esse período foi importante para garantir direitos, principalmente na educação.

A educação é uma das áreas que possui muita necessidade das políticas públicas, pois é um direito garantido por lei. As políticas educacionais dependem dos fatores sociais, políticos e econômicos, o que influencia como elas acontecem na prática. Conforme Secchi (2014), as políticas públicas passam por várias etapas, o que pode dificultar sua aplicação.

Mesmo com avanços, ainda existem dificuldades na aplicação dessas políticas, principalmente na educação. Diante disso, surge o seguinte problema: como os fatores sociais, políticos e econômicos influenciam as políticas públicas no Brasil e sua relação com a educação?

Este estudo é importante porque ajuda a entender como essas políticas funcionam e quais são suas dificuldades.

O objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e sua relação com a educação, considerando os fatores sociais, políticos e econômicos. Sendo construídas a partir das necessidades sociais e dos diferentes contextos históricos. No Brasil, essas políticas são influenciadas por fatores sociais, políticos e econômicos, que interferem diretamente na sua formulação e implementação.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo mapear o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, considerando esses contextos e sua relação com a educação.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica. O trabalho foi

desenvolvido a partir da análise de produções científicas relacionadas às políticas públicas e à educação no Brasil, buscando compreender sua relação com os contextos sociais, políticos e econômicos.

A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, pois busca analisar e mapear os principais fatores que influenciam a formulação das políticas públicas no país.

3. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Se entende como ações, programas e decisões tomadas pelo governo em respostas as necessidades da sociedade ou em buscar soluções para problemas específicos. Se abrange a uma ampla variedade de setores, incluindo educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outros. De acordo com Secchi (2014), essas políticas não envolvem apenas o governo, mas também diferentes atores da sociedade, como instituições e grupos sociais.

Possui por finalidade promover o bem estar social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, englobando a alocação de recursos, definição de estratégias e a implementação de ações específicas. Além disso, as políticas públicas passam por diferentes etapas, como planejamento, execução e avaliação, o que influencia diretamente seus resultados na prática.

4. CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO NO BRASIL

- A cada momento/ciclos econômicos

As decisões de políticas públicas são modeladas especialmente em áreas como emprego, inflação, programas sociais, e contextos sócio-

histórico culturais têm relação e impacto direto na tomada de decisão, formatação de políticas públicas, pois cada sociedade possui uma história, valores, costumes e formas de organização que influenciam as escolhas do governo.

Esses fatores ajudam a definir quais problemas serão considerados mais importantes e quais ações serão priorizadas. Por exemplo, regiões com maior desigualdade social tendem a exigir mais políticas voltadas para assistência social, educação e inclusão. Da mesma forma, aspectos culturais e históricos influenciam a forma como essas políticas são planejadas e aplicadas.

- A transição para a democracia

nas décadas de 1980 e 1990 influenciou a forma como as políticas públicas são idealizadas e implementadas no Brasil. A globalização e integração do Brasil na economia global tem efeito nas políticas públicas, especialmente em áreas como comércio exterior, meio ambiente e relações exteriores, esse período também foi marcado pelo aumento da participação da sociedade nas decisões do governo, ampliando o debate sobre direitos sociais e a necessidade de políticas públicas mais voltadas para a população. A Constituição Federal de 1988 teve um papel importante nesse processo, garantindo direitos como educação, saúde e assistência social.

Além disso, a globalização trouxe novas exigências para o Estado, que passou a adaptar suas políticas diante das mudanças econômicas e sociais.

- Pressões demográficas e urbanização

O movimento demográfico que ocorre dentro do território brasileiro faz com que as políticas públicas sejam direcionadas para infraestrutura, moradia, transporte e serviços públicos nas áreas urbanas. O processo de migração de pessoas de um território para outro faz com que as ações governamentais sejam pensadas em prol do grupo. Exemplo: por questões de seca ou alagamento, um grupo de pessoas muda-se de localidade. A cidade que abriga esses novos moradores, com isso, novas ações precisam ser pensadas no âmbito governamental, em políticas públicas de acesso, moradia, segurança, entre outras, para a comunidade.

- Meio ambiente e sustentabilidade

A preocupação com os problemas ambientais e a busca por desenvolvimento sustentável possui grande relevância nas respostas aos desafios relacionados ao desmatamento na Amazônia e à carência de transição para fontes de energia mais sustentáveis.

Além disso, esses desafios exigem a criação de políticas públicas que busquem equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo qualidade de vida para a população atual e para as futuras gerações. Nesse sentido, o papel do Estado se torna fundamental na elaboração de ações que promovam o uso consciente dos recursos naturais.

- Crises e emergências

Eventos como crises econômicas, pandemias e desastres naturais influenciam a criação e a adaptação de políticas públicas, exigindo respostas rápidas e procedimentos planejados de curto e longo prazo.

Um exemplo disso foi a pandemia da COVID-19, que exigiu a criação de políticas públicas emergenciais nas áreas da saúde, educação e assistência social, como o fechamento temporário de escolas, a adoção do ensino remoto e a ampliação de programas de apoio à população. Situações como essa mostram como o Estado precisa agir rapidamente diante de crises para atender às necessidades da sociedade.

- O que são políticas públicas educacionais?

São um conjunto de diretrizes, princípios e decisões adotadas pelos órgãos governamentais e instituições educacionais para orientar o sistema educacional de um país, estado ou município. Essas políticas têm por finalidade promover qualidade, equidade e eficiência na educação, além de atender às demandas da sociedade e ao desenvolvimento econômico.

Além disso, as políticas públicas educacionais envolvem ações como a criação de leis, programas e projetos voltados para a educação, como a formação de professores, o acesso e permanência dos alunos na escola e a melhoria da qualidade do ensino, segundo Dourado (2007), a gestão da educação básica no Brasil envolve desafios relacionados ao acesso, à qualidade do ensino e à efetivação das políticas públicas educacionais. Essas políticas também passam por etapas como planejamento, implementação e avaliação, o que influencia diretamente seus resultados na prática, de acordo com Libâneo (2012), a educação escolar está diretamente relacionada às políticas públicas e à organização do sistema de ensino.

Nesse sentido, elas são fundamentais para garantir o direito à educação e reduzir desigualdades, contribuindo para o desenvolvimento social e a formação dos cidadãos, nesse sentido, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. Dessa forma, o direito à educação reforça a importância das políticas públicas educacionais como instrumentos essenciais para garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e a qualidade do ensino.

5. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A trajetória das políticas públicas e reformas educacionais no Brasil é marcada por diversas fases e transformações ao longo do tempo. Essas mudanças estão relacionadas aos contextos históricos, sociais e políticos de cada período. Segundo Saviani (2008), a educação brasileira foi construída a partir de diferentes momentos históricos que influenciaram sua organização.

As primeiras iniciativas no século XIX tinham como foco a criação de escolas primárias, sob influência de ideias iluministas, e foram impulsionadas com a vinda da família real em 1808 e, posteriormente, com o interesse na promoção da educação. Nesse período, a educação ainda era limitada e não atendia toda a população (SAVIANI, 2008).

Com o passar do tempo, novas reformas foram surgindo com o objetivo de ampliar o acesso à educação e melhorar sua organização. Ao longo dos anos, o Estado passou a assumir um papel mais ativo na criação de políticas educacionais, buscando

atender às necessidades da sociedade. De acordo com Saviani (2008), esse processo foi marcado por avanços, mas também por desafios estruturais.

Dessa forma, a trajetória da educação no Brasil mostra um processo de avanços e desafios, marcado por mudanças que contribuíram para a construção do sistema educacional atual.

- Reformas de Francisco Campos 1937-1945

Durante o Estado Novo (1937–1945), liderado por Getúlio Vargas, Francisco Campos protagonizou importantes reformas educacionais centralizadoras, buscando maior controle do Estado sobre o sistema educacional.

Nesse período, foram criadas normas e estruturas para organizar o ensino no país, principalmente no ensino secundário e superior. As reformas buscavam padronizar a educação e fortalecer a atuação do governo na área educacional.

Além disso, essas mudanças tinham como objetivo formar cidadãos de acordo com os interesses do Estado, o que reforça o caráter centralizador dessas políticas. Esse momento marcou uma fase importante na organização do sistema educacional brasileiro, embora ainda com acesso limitado para grande parte da população.

- Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961

A LDB de 1961 foi uma tentativa de estruturar as bases da educação brasileira, estabelecendo diretrizes gerais para os níveis federal, estadual e municipal. No entanto, sua implementação enfrentou desafios devido à falta de recursos e infraestrutura.

Essa lei foi importante por organizar o sistema educacional no país e definir responsabilidades entre os entes federativos. Além disso, buscou ampliar o acesso à educação e estabelecer normas para o funcionamento das instituições de ensino.

Mesmo com suas limitações, a LDB de 1961 representou um avanço para a educação brasileira, pois foi a primeira lei a tratar de forma mais ampla a organização da educação no país, servindo de base para legislações posteriores.

- Reforma Universitária de 1968

Durante o regime militar, ocorreu uma reforma nas universidades brasileiras, com mudanças na organização do ensino superior e a adoção de um modelo de universidades integradas.

Essa reforma buscou modernizar o ensino superior, introduzindo novas formas de organização, como o sistema de créditos, a divisão por departamentos e a maior integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, houve maior controle do Estado sobre as universidades, o que impactou a autonomia universitária. Esse período também foi marcado pela expansão do ensino superior, embora ainda com acesso limitado para grande parte da população.

- Anos 1980 e 1990 (Movimento pela Educação)

Com o processo de redemocratização, houve um movimento pela educação, que contribuiu para a Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Esse período foi marcado por debates e mobilizações sociais.

Além disso, houve maior participação da sociedade na construção das políticas educacionais, com a atuação de professores, estudantes e movimentos sociais na defesa de uma educação pública de qualidade. Nesse contexto, surgiram discussões sobre acesso, permanência e melhoria do ensino.

Esse período também foi importante para a ampliação das políticas públicas educacionais e para a organização do sistema de ensino no Brasil, fortalecendo o papel do Estado na garantia do direito à educação, de acordo com Arretche (1996), a implementação das políticas públicas no Brasil enfrenta desafios relacionados à descentralização e à eficiência das ações do Estado, diante desses percursos históricos, observa-se que a construção das políticas públicas educacionais no Brasil não ocorre de forma linear, mas sim marcada por avanços e desafios ao longo do tempo. Cada período contribuiu para a organização do sistema educacional, ao mesmo tempo em que evidenciou limitações relacionadas ao acesso, à qualidade e à efetivação dessas políticas.

Nesse sentido, compreender essa trajetória permite analisar como as decisões do Estado foram sendo moldadas pelos contextos sociais, políticos e econômicos, refletindo diretamente na educação. Assim, a história das políticas educacionais no Brasil demonstra que, embora tenham ocorrido progressos importantes, ainda existem desafios que exigem atenção para garantir uma educação mais justa e acessível para todos.

6. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisa o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e identifica que sua formulação e implementação são influenciadas

por fatores sociais, políticos e econômicos.

Verifica-se que os contextos históricos, como a redemocratização, a globalização e o crescimento urbano, impactam diretamente a organização das políticas públicas.

Constata-se que a educação ocupa papel central nesse processo, sendo essencial para a promoção do desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

Observa-se que, apesar dos avanços, ainda existem desafios na implementação das políticas públicas, principalmente no campo educacional.

Conclui-se que compreender a relação entre políticas públicas e educação contribui para a análise de seus limites e possibilidades no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: **Senado Federal**, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: **Cortez**, 2012.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: **Cengage Learning**, c2014. 168 p.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: **Autores Associados**, 2008.

¹ Graduada em Licenciatura Em Matemática pelo Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins IFTO Campus Paraíso do Tocantins. Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Graduado em Licenciatura Em Matemática pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará UNIFESSPA, graduado em Licenciatura em Pedagogia e especialista em Metodologias Ativas e TDICs na Educação e Docência no Ensino Superior. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)